

Escritos indígenas

Escritos



Pós-Graduação em Direitos Humanos: relato de uma experiência

Rosani de Fátima Fernandes

Relato minha experiência como discente do Programa de Pós Graduação em Direito (PPGD), concentração em Direitos Humanos, na Universidade Federal do Pará (UFPA). Primeiramente, descrevo minha trajetória estudantil enquanto aluna indígena. No segundo momento, aponto as contribuições das discussões nas disciplinas durante a fase de nivelamento e as contribuições acerca dos Direitos Humanos numa perspectiva dos Direitos Indígenas, e por fim, faço sugestões que considero importantes para a continuidade no trabalho com os parentes indígenas que me sucederão.

Sempre estudei em escola pública, até concluir o magistério (nível médio), e ingressar no ensino superior numa instituição privada. Cursei a primeira e a segunda série do ensino fundamental andando mais de cinco quilômetros por dia para chegar à escola. Concluí a etapa com muita dificuldade, sem transporte escolar, com poucas condições de comprar roupa e calçado, muitas vezes, faltou o material escolar, mas jamais o desejo de estudar. Eu queria ser professora, mas com o falecimento do meu pai quando tinha dez anos tudo ficou mais difícil. Faltei muitas aulas para capinar, colher milho e feijão, carregar lenha, entre tantas outras atividades que garantiam o sustento, mesmo que precário, de uma família de quatro irmãos e mãe viúva. Apesar dos poucos anos de escolaridade, minha mãe sabia que estudar era a melhor alternativa para os filhos. A terra devastada¹ e improdutiva não oferecia futuro. Cresci em meio a conflitos territoriais. Em 1986, depois de muitas disputas judiciais e conflitos foi demarcada a *Reserva Indígena Toldo Chimbangue*, local onde nasci e presenciei muitas situações violentas. Em uma das muitas discussões meu pai foi atingido por uma bala de revólver calibre 38, a qual sobreviveu, mas veio a falecer no mesmo ano em um acidente de trânsito. Noutra ocasião meu primo foi vítima de tentativa de homicídio, mas felizmente sobreviveu.

Kaingang, pedagoga,
discente do Programa de
Pós-Graduação em Direito
(PPGD) da Universidade
Federal do Pará (UFPA), no
campus Belém.

Nasci na *Aldeia Chimbanguê* no ano de 1975, nesse período a família do meu pai, trabalhava para os agricultores que ocuparam indevidamente o território indígena, situação que prevaleceu até o ano de 1986, quando os agricultores foram indenizados e as terras devolvidas aos legítimos donos, os Kaingang.

Cresci ouvindo frases como “bugre² é tudo preguiçoso”, “se morressem não fariam falta”, “pra que terra pra esses vadios”, essas e outras frases eram comuns no vocabulário das comunidades não-indígenas vizinhas à minha aldeia.

Com apoio e incentivo da família concluí o ensino fundamental. O ensino médio foi um pouco mais complicado, pois era obrigada a percorrer uma distância de 60 km por dia para chegar ao *Colégio Bom Pastor*, na cidade de Chapecó, em Santa Catarina. Sem condições de pagar o transporte escolar passei a morar em uma casa de família na cidade. Como doméstica, trabalhava das 6h às 18h, estudava das 19h às 22h. A distância da família e a saudade da comunidade me fizeram retornar. Passei a trabalhar mais duro ainda na roça para poder pagar o transporte, até que comecei a trabalhar como estagiária na biblioteca da *Escola Básica Sede Trentin*, vizinha à Terra Indígena, que oferecia o ensino fundamental de 5ª a 8ª série e que foi incorporada ao território da *Aldeia Toldo Chimbanguê*.

Em 1994, concluí o Magistério e conheci Ubiratan, índio da etnia Xerente (TO), nesse mesmo ano, passamos a morar juntos. O convite de Valdo e Orides Belino lideranças da *Aldeia Xaçepó*, no Município de Ipuaçú (SC) – distante 70 km da cidade de Chapecó – para trabalhar na escola indígena que estava em processo de reestruturação, provocou nossa mudança de *Toldo Chimbanguê* para *Xaçepó*.

Mais tarde, o convênio da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) – Administração Regional de Chapecó – com uma instituição particular de ensino superior possibilitou meu ingresso no Curso de Pedagogia. O salário como professora indígena não-habilitada da Secretaria Estadual de Educação do Estado de Santa Catarina, era insuficiente para cobrir as despesas com transporte, compra de material, livros e apostilas, mas não desisti. Foram quatro anos até concluir a Graduação.

Concluído o curso de Pedagogia, me deparei com a oportunidade de fazer especialização. Os altos custos financeiros do curso me levaram a buscar o apoio do Warã, instituto indígena, com sede em Brasília, que financia iniciativa de estudantes indígenas, com o pagamento de cinquenta por cento do valor da mensalidade, assim foi possível concluir o curso.

Para quem achava que não conseguiria terminar o ensino fundamental chegar à especialização parecia ser de bom tamanho.

Mas a vida sempre nos reserva surpresas. Um convite do Povo Gavião Kyikatêjê para assessorar os trabalhos da *Escola Indígena Tatakti Kyikatêjê* me trouxe ao estado do Pará no ano de 2004 e, por intermédio da Dra. Jane Beltrão, antropóloga que presta assessoria à comunidade, em atenção ao convite do povo Kyikatêjê fiquei sabendo do Edital Diferenciado do PPGD da UFPA para acesso de indígenas ao Mestrado em Direito.

A perspectiva de fazer mestrado e com a ajuda de muitos, elaborei o pré-projeto de dissertação denominado: *Educação Escolar Kyikatêjê: como pensar, planejar e construir, atendendo às expectativas indígenas?* requisito para ingresso no PPGD, por intermédio do qual pretendo demonstrar como a escola pode ser um instrumento de inclusão e reconhecimento de Direitos Fundamentais.

Aprovada na seleção, iniciei, em março de 2007, o nivelamento – fase que precede o ingresso ao curso – com o apoio da comunidade Kyikatêjê que, inclusive enviou o documento que respalda meu ingresso no mestrado.

Mudei para Belém no mês de março de 2007. As dificuldades iniciais incluíram: (1) a adaptação a um novo estilo de vida; (2) a distância da família (marido e dois filhos) e da comunidade; (3) a possibilidade de encontrar lugar adequado para morar; e (4) a mudança da rotina a qual não estava acostumada. Passei a morar num quitinete próximos à universidade para facilitar o acesso diário ao *campus*.

No primeiro semestre cursei três disciplinas, duas no PPGD e uma na Antropologia: *Teoria dos Direitos Humanos*; *Direito Ambiental: gestão de recursos naturais*; e *Tópicos Especiais em Ciências Humanas – Por uma Antropologia do/no Direito ou “esgarçando” fronteiras, estabelecendo diálogos*.

As leituras, específicas do Direito, na Disciplina de *Teoria dos Direitos Humanos*, foram meu primeiro contato com a temática, pois venho de outra área do conhecimento. Os textos de Ronald Dworkin, Amartya Sen, Clifford Geertz e Habermas provocaram discussões acaloradas e construtivas, dividindo e unindo a turma de acordo com os pontos de vista defendidos pelos alunos a partir de suas experiências pessoais e profissionais. Quando Almiros (índio Guarani) e eu nos pronunciávamos a respeito dos diversos sistemas de Direito construídos historicamente pelos mais de 200 povos indígenas do Brasil e que regem a organização social nas aldeias, gerávamos polêmica e discussões que por diversas vezes

foram mediadas pelos professores, pois nem todos os profissionais do Direito estão abertos a reconhecer outras formas de exercício do Direito que não seja o Direito hegemônico. Os debates sempre são produtivos porque conduzem à reflexão e a quebra de paradigmas. A nossa presença em sala, via processo diferenciado, discutindo e expondo o Direito construído por nossos povos, produziu mudanças!

A disciplina *Direito Ambiental: gestão de recursos naturais* tratou de um tópico que para nós é muito familiar e especial, o meio ambiente. As leituras propostas, na disciplina, nos possibilitaram conhecer, para além da legislação vigente, temas, problemas e análises de autores nacionais e internacionais sobre o assunto. Discutiu-se o surgimento da legislação ambiental, a proteção das florestas, o meio ambiente, a proteção de recursos hídricos, a biodiversidade, os recursos naturais, o desenvolvimento sustentável, as ONGs, a agenda ambiental global, os bens ambientais, as áreas naturais protegidas no Brasil e o pensamento ecológico internacional, entre outros. A disciplina foi fundamental para ampliação dos conhecimentos referentes a temas que são essenciais aos povos indígenas, questões atuais que vem ao encontro das discussões globais acerca da sobrevivência da humanidade e do planeta, na qual temos muito a dizer.

Na disciplina *Por uma Antropologia do/no Direito ou “esgarçando” fronteiras, estabelecendo diálogos*, contou-se com a presença de alunos do Mestrado em Direito e Antropologia e, como o nome da disciplina sugere, foi possível estabelecer diálogos com duas áreas distintas de conhecimento. E, como era de se esperar, as divergências de opiniões entre operadores de direito e antropólogos produziram debates interessantes. Os textos apresentados e as discussões procuravam produzir novas reflexões acerca de velhas “verdades”, a ênfase ao respeito à diferença e às formas próprias de organização constituídas pelos diferentes povos que constituem a humanidade, também, produziu polêmica diversas vezes. A temática referente aos Direitos Universais facilitou repensar o Direito a partir da perspectiva dos *saberes locais*. Temas como etnocentrismo e Direitos indígenas, passando pelas formas diferenciadas de perceber o Direito hegemônico, bem como a importância do respeito aos saberes e organizações próprias desses povos provocaram várias manifestações em sala de aula esquentando o debate. A apresentação dos seminários propiciou significativa aprendizagem e desafiou o rompimento de velhos paradigmas, convidando os discentes a um outro olhar, um olhar plural que possibilite a construção de efetiva do **pluralismo jurídico**.

A vivência nas aldeias produz situações que exigem além dos conhecimentos tradicionais outros instrumentais que possibilitem o exercício

da cidadania, portanto adquirir novos conhecimentos é fundamental para o estabelecimento de diálogos igualitários que proporcionem a construção de relações justas entre os povos indígenas e a sociedade não-indígena. Instrumentais fundamentais ao exercício da prática e mesmo de construção dos Direitos Fundamentais. O acesso às universidades é fundamental para a autodeterminação dos nossos povos, não como simples forma de reparar injustiças e atrocidades cometidas no passado, mas pela possibilidade de interação dos conhecimentos dos povos tradicionais com a comunidade científica, não como objeto de conhecimento, mas como protagonistas de histórias que não foram contadas aos não-indígenas.

Proporcionar o acesso das populações etnicamente diferenciadas aos cursos de graduação e pós-graduação é favorecer a construção efetiva de Direitos Humanos.

Aponto, a seguir, sugestões elaboradas a partir de minha experiência no curso e que considero importante para a permanência dos parentes que nos sucederão no PPGD e nos demais cursos. É necessário garantir:

- Pagamento de bolsa de estudo que possibilite a permanência de alunos indígenas na universidade.
- Espaço adequado aos alunos indígenas na própria universidade ou na cidade com infra-estrutura básica que garanta sua permanência no curso.
- Quando não for possível o acesso fácil e o retorno periódico à aldeia, seria interessante trazer a família do aluno para a cidade onde vai estudar, pois muitos têm desistido de seus estudos por não estarem habituados com a ausência de seus familiares.
- Apoio em forma de tutoria aos alunos na realização dos estudos e das leituras necessárias ao bom desempenho no curso.
- A oferta dos textos (cópias) trabalhados nas disciplinas, pois a reprodução de textos e compras de livros é dispendiosa aos estudantes, isso representaria ganho acadêmico.
- A ampliação de formas diferenciadas de acesso a outros programas de pós-graduação a exemplo do que é feito no PPGD.
- A divulgação dos editais de maneira a alcançar a maioria das comunidades indígenas, inclusive às de difícil acesso, para o êxito das ações.

São coisas simples, mas que podem fazer a diferença na permanência dos alunos indígenas nos cursos, de nada vale uma política bem elaborada para o acesso se a permanência não for pensada nos mínimos detalhes.

Para finalizar, penso que erradicar o preconceito e romper os velhos estereótipos é tarefa de todos nós, povos e nações, sociedade civil

organizada, instituições governamentais ou não. De relativamente incapazes às portas das universidades muitas “lutas” foram travadas, muitas barreiras vencidas, fruto do esforço das comunidades, do movimento indígena, dos indigenistas incansáveis, de pessoas que ousam sonhar com uma sociedade plural e justa. Devemos acreditar que é possível romper as fronteiras, superar as dificuldades e ousar fazer a diferença.

Notas

¹ Durante décadas de ocupação da terra pelos agricultores houve uma completa devastação da cobertura vegetal nativa que terminou substituída por lavouras e pastagens.

² Termo pejorativo empregado no Sul do Brasil para referir-se aos indígenas da região.

Recebido em 04 de setembro de 2007.

Aprovado para publicação em 16 de setembro de 2007.